

EM MACEIÓ. Parcelamento também pode ser adotado para pagamento

Prefeitura pode atrasar salário de servidores

Assim como no Estado, município também prevê crise mais grave

NIVIANE RODRIGUES
REPÓRTER

O temor é geral e admitido não apenas pelo governo do Estado, mas pelos municípios: se a crise econômica for agravada, o pagamento em dia do salário dos servidores públicos pode ser sacrificado e sofrer atraso ou parcelamento, medida considerada pelos gestores o último dos recursos, mas não descartada. Na capital, Maceió, a situação não é diferente. Há temor de que a prefeitura não consiga bancar o pagamento dos salários em dia.

Para que isso não aconteça, a equipe econômica do prefeito Rui Palmeira (PSDB) tem buscado soluções urgentes, que passam desde o início do ano, quando foi anunciado um contingenciamento de 10%, em média das despesas por secretarias e órgãos públicos. Nem assim, o quadro reverteu.

Com o agravamento da crise econômica e política, e a queda na arrecadação, sobretudo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), maior fonte de arrecadação, o município de Maceió também não descarta o que já teme o governo do Estado: o atraso do pagamento dos salários dos servidores.

A queda do FPM para Maceió no primeiro trimestre desse ano foi de 4% em relação ao mesmo período do ano passado, o que significa em números cerca de R\$ 6 milhões a menos no trimestre.

“Se a crise de fato continuar se agravando isso torna-se inevitável, porque não se tem mecanismo de, num curto prazo, criar soluções que revertam uma situação dessas”, afirma o secretário municipal de Finanças, Gustavo Novaes.

Mas ele é enfático ao



Secretário de Finanças de Maceió, Gustavo Novaes diz que, se a crise avançar, não há como ter solução a curto prazo para pagar os salários em dia

dizer: “Eu não estou trabalhando com essa hipótese agora. O prefeito, na verdade, está trabalhando no sentido de assegurar as despesas correntes. Temos sacrificado alguns investimentos, mas também procurando outras soluções para investimentos. Catando recursos para fazer investimentos. A ideia é reduzir a execução de investimentos com recursos próprios, com alternativa de outra fonte de financiamento, justamente para não descontinuar o custeio, a prestação de serviços à população, o pagamento do servidor em dia”, ele diz.

Mas afirma: “De fato existe uma preocupação, acho que de todo o Brasil, com relação a esse cenário. Os estados sentiram a crise primeiro, porque a partir do momento em que a economia para, tem-se uma redução natural da comercialização. Os serviços vêm depois. Por isso, os estados inauguraram essa fase de atrasar salários, mas os municípios começaram também a entrar nisso. É uma bola de neve”.

O secretário diz que o que preocupa é o cenário federal.

“Eu costumo fazer um acompanhamento com a arrecadação do governo federal. A arrecadação do governo federal no bimestre passado foi 6% me-

nor. Isso tem reflexo para a gente três meses adiante. Então, se eu já estou recebendo 4% a menos de FPM, a minha sinalização é que daqui a um mês mais à frente eu vou ter menos 6%. Ou seja, esse cenário está se agravando. Pode ser que isso tudo mude. Não estou dizendo que a saída da presidente [Dilma Rousseff] ou a permanência dela influencia, mas a indefinição se vai ser ela, se vai ser o Temer [Michel, vice-presidente da República] atrapalha”, afirma o secretário.

Para ele, independente do que ocorrer neste domingo, “seja pela permanência da presidente, seja pela saída, tende a sinalizar para o mercado um outro momento”.

Segundo o secretário, existem hoje no município de Maceió 16 mil servidores ativos e 4 mil inativos. A folha salarial está em torno de R\$ 75 milhões, valor considerado alto.

“A gente está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirma Gustavo Novaes, ao dizer que não esperava que houvesse “uma queda de arrecadação tão alta. No nosso prognóstico, esperávamos empatar com o resultado do ano passado, não está tendo 2,5% de perda de arrecadação esse ano. Esse é nosso grande problema”, diz.

Folha

Existem hoje no município de Maceió 16 mil servidores ativos e 4 mil inativos. A folha está em torno de R\$ 75mi

FPM

A queda do FPM para Maceió no primeiro trimestre desse ano foi de 4% em relação ao mesmo período do ano passado

‘Atrasar salário é tiro no pé’, diz economista

A economista e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Luciana Caetano, avalia que atrasar salário “é um tiro no pé, em qualquer esfera de governo. É antipopular e gera problemas econômicos e sociais de grande monta. Um estrategista político jamais cometeria esse erro, significa queima de capital intangível”, ela diz.

A Gazeta questionou se estados e municípios deveriam, então, estar preparados para sobreviver em meio a crises econômicas. Luciana Caetano disse: “Estar preparado para uma queda de receita significaria ter uma reserva para emergências. Porém, considerando que os estados já comprometem boa parte da arrecadação tributária com amortização de dívida, fica difícil imaginar que algum tenha condição de fazer alguma reserva”.

Sem falar, ressaltou a economista, “que na maioria dos estados, há demanda não atendida em vários setores, a exemplo da educação e da saúde. Portan-

to, se os estados subnacionais já demonstram dificuldade em lidar com a dívida junto à União e não atendem adequadamente às demandas para serviços essenciais, como poderiam estar preparados para um corte de receita? O que se espera é que consiga cortar alguma outra despesa, dadas as complicações em atrasar salários, sob diversos aspectos (político, econômico e social)”, ressaltou.

Quando questionada se o Estado de Alagoas corre, de fato, o risco de mergulhar no abismo que outros estados já caíram, com atraso de salários do funcionalismo e a quase falência anunciada, a economista Luciano Caetano afirma que “todo problema é contornável e o êxito nos resultados depende da capacidade de gestão de cada governo”.

Mas destaca que “a queda de receita tributária ou de transferências constitucionais altera, inevitavelmente, o modo de gestão orçamentária. O governo elevou alíquotas tributárias, ao final de 2015, na

perspectiva de compensar a queda de receita, mas talvez precise fazer ajustes no lado da despesa”.

Luciana Caetano também pontua os motivos que levam à queda do repasse de recursos, para mostrar os efeitos que uma crise econômica traz a um país. “Uma desaceleração da economia provoca, quase sempre, uma queda de arrecadação tributária. Os repasses referentes ao FPE [Fundo de Participação dos Estados] e ao FPM [Fundo de Participação dos Municípios] estão vinculados ao Imposto de Renda e ao Imposto sobre Produtos Industrializados. Com o recuo da atividade produtiva, com queda mais significativa do setor industrial, provocou uma queda significativa do IPI” [Imposto

sobre Produtos Industrializados], explicou a economista.

A Gazeta questionou se a crise é cíclica. A economista respondeu: “Cíclica é a economia. A crise é passageira, mas pode permanecer por tempo curto ou longo”.

EM ALERTA

Atualmente, ressaltou Luciana Caetano, “a economia brasileira se movimentou em função da conjuntura política. Minhas expectativas é que até 2018, independente de qual seja o desfecho no cenário político, os empresários estarão pouco confiantes para a realização de novos investimentos. O grupo de oposição aposta “no quanto pior, melhor” e, caso consiga a tomada do poder, enfrentará o mesmo calvário. As rivalidades políticas se transformaram em rivalidades pessoais e o ódio foi contaminando a todos, pouco a pouco, sobrepondo-se à sabedoria e à ética. Isso é o que temos hoje e não dá para prever se ficará pior. Por enquanto, estamos em estado de alerta”. NR

Crise cíclica

A Gazeta questionou se a crise é cíclica. A economista respondeu: “Cíclica é a economia. A crise é passageira”